



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 69/XI/ 2.^a SL

Aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;

2. Discussão e votação das Actas nºs. 66, 67 e 68, de 19, 25 e 26 de Janeiro, respectivamente;

3. Discussão e votação do Parecer do Projecto de Lei nº. 493/XI/2^a, que extingue o pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde. Relatora: Deputada Luísa Salgueiro (PS);

4. Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2009. Relatora: Deputada Rosário Águas (PSD);

5. Discussão e votação do requerimento do PSD, que "Solicita a audição da Ministra da Saúde para explicar os fundamentos, as razões e os propósitos que levaram o governo a desencadear um movimento de criação de centros hospitalares";

6. Ponto da situação dos Grupos de Trabalho temáticos;

7. Outros assuntos.

11:00 - Audição do Procurador-Geral da República, no âmbito do processo legislativo sobre o Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.

O Presidente deu início aos trabalhos colocando à discussão e votação as Actas nºs. 66, 67 e 68, de 19, 25 e 26 de Janeiro, respectivamente, que foram aprovadas por unanimidade.

Passou-se à discussão e votação do Parecer do Projecto de Lei nº. 493/XI/2^a, que extingue o pagamento de taxas moderadoras no acesso às prestações de saúde no Serviço Nacional de Saúde e a Relatora, Deputada Luísa Salgueiro, apresentou o Parecer, enunciando a motivação e o objecto desta iniciativa, o enquadramento legal e antecedentes, o enquadramento europeu e internacional e ainda factos do Direito Comparado de Espanha, França e Reino Unido. Disse reservar a sua opinião para Plenário, concluindo que a iniciativa legislativa reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário.

A Deputada Carla Barros felicitou a Relatora pelo excelente documento e pela forma como exemplifica situações concretas. O Deputado João Semedo igualmente felicitou a Relatora pelo excelente relatório. Teceu considerações sobre as taxas moderadoras, que são injustas, e sublinhou que o Estado não deve

colocar obstáculos ao acesso dos cidadãos à saúde. O Deputado Bernardino Soares, após cumprimentar a Relatora, recordou que as taxas moderadoras não moderam nada, servem apenas para co-financiar a Saúde.

Concluída a discussão, o Presidente colocou à votação os considerandos e conclusões, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CDS/PP.

A discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2009 foi adiada para a próxima reunião.

De seguida, passou-se à discussão e votação do requerimento do PSD, que "solicita a audição da Ministra da Saúde para explicar os fundamentos, as razões e os propósitos que levaram o Governo a desencadear um movimento de criação de centros hospitalares". A Deputada Rosário Águas recordou que no ano passado o Governo anunciou a criação de vários centros hospitalares e que o OE para 2011 também contempla a criação de mais alguns. Dado que não se conhecem quaisquer estudos que fundamentem essa decisão, julga ser oportuno ouvir a Ministra da Saúde anunciar as razões e os propósitos que estão na base dessa medida, qual a eficiência na gestão e poupanças para o SNS e saber se houve melhoramento nos cuidados de saúde prestados e na acessibilidade dos cidadãos. Solicita ainda o envio urgente e prévio à audição, dos estudos técnicos que estiveram na base da criação dos centros hospitalares mencionados no requerimento.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos assinalou que o PSD conhece os argumentos que estiveram na base da criação dos agrupamentos hospitalares e que ainda é prematuro fazer a sua avaliação, parecendo-lhe que não é o momento certo para ouvir a Ministra sobre este assunto.

Para o Deputado Serpa Oliva há coisas a esclarecer, designadamente no que se refere ao agrupamento hospitalar de Coimbra, que não é o mais correcto e nem sequer foram devidamente ponderados os argumentos que levaram à sua constituição, julgando, assim, que a vinda da Ministra será útil. O Deputado Bernardino Soares considerou importante a temática do requerimento, porque foram tomadas medidas sem qualquer ponderação e sabe que existem outros exemplos para além do de Coimbra. Referiu a realização de um estudo encomendado ao Prof. Daniel Bessa, o qual não foi publicitado. Esclareceu que o PCP não tem nada contra a criação de centros hospitalares, no entanto o modo como foram criados apenas serve para reduzir custos e não para serem eficientes.

Após discussão, o requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com os votos a favor do PSD, CDS/PP, BE e PCP e a abstenção do PS.

Sobre o ponto da situação dos Grupos de Trabalho temáticos que solicitou por escrito aos vários coordenadores, o Presidente, como coordenador do GT sobre a política do medicamento, referiu que foi decidido ouvir um conjunto de personalidades sobre a matéria, mas como tem havido vários diplomas com alterações sobre o medicamento, julga que se deverá parar um pouco para depois decidir o que fazer. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos lembrou que naquele mesmo dia iria ser lançado pelo Ministério da Saúde o programa da diabetes. O GT tem reunido quando se justifica e visitou a Associação Protectora dos Diabetes de Portugal. Sugeriu que proximamente se promova uma acção de prevenção da diabetes no Parlamento. O Deputado Serpa Oliva deu indicação das actividades que o GT relativo à educação para a saúde vai desenvolver, designadamente a realização de tertúlias no parlamento. O Deputado Bernardino

Soares disse que está previsto fazer uma audição com o Prof. Henrique de Barros, realizar um encontro com as associações do sector e que está previsto apresentar um projecto de resolução sobre a problemática do VIH/Sida. O Deputado João Semedo entende que se devia indagar junto do Governo quais as linhas gerais do Plano Nacional de Saúde e saber se era possível fazer a sua apresentação no Parlamento, antes da aprovação da versão final.

11:00 - Audição do Procurador-Geral da República, no âmbito do processo legislativo sobre o Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.

(a audição foi integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Procurador-Geral da República, Dr. Pinto Monteiro, que fez uma apresentação relativa aos Projectos de Lei sobre Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital. Disse tratar-se de uma temática principalmente ética e não jurídica, embora haja sempre uma decisão política. Sublinhou os aspectos dos Projectos de Lei, relacionados com a força vinculativa ou valorativa do testamento vital, com a sua forma e eficácia temporal, com a existência ou não de um formulário, com o procurador de cuidados de saúde e com o registo nacional.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados Maria de Belém Roseira, Teresa Fernandes, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Maria Antónia Almeida Santos para colocar questões e pedir alguns esclarecimentos, os quais foram objecto de resposta por parte do Procurador-Geral da República, que se comprometeu a enviar um parecer escrito a dar conta da sua posição relativamente a esta matéria.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 Fevereiro 2011.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Carla Barros
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
José Rui Cruz
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Fernandes
João Serpa Oliva
Jorge Manuel Gonçalves
Marisa Macedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria José Nogueira Pinto
Teresa Caeiro